

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 13 de abril de 2017.

Edição nº 2118

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos normativos.....	2
Boletins de Pessoal.....	2
Súmulas de contratos.....	2

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....	3
-------------	---



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PORTARIA N.º 0986/2017

A **SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI**, no uso de suas atribuições legais, resolve **Sobrestar**, a Sindicância **SPU.PR.01055.00103/2016-8**, a contar do dia **24 de março de 2017**, até nova informação do Serviço Biomédico.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de abril de 2017.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral

PORTARIA N.º 0987/2017

A **SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI** no uso de suas atribuições legais resolve: **Prorrogar**, com fulcro no artigo 201 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, o prazo para a conclusão da Sindicância, **SPU.PR.01055.00002/2017-0**, por trinta (30) dias úteis, a contar do dia 17/04/2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de abril de 2017.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral

PORTARIA N.º 0988/2017

A **SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI** no uso de suas atribuições legais resolve: **Prorrogar**, com fulcro no artigo 201 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, o prazo para a conclusão da Sindicância, **SPU.PR.01055.00003/2017-8**, por trinta (30) dias úteis, a contar do dia 17/04/2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de abril de 2017.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral

BOLETIM N.º 118/2017

A **EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

EXONERAR

- a contar de 05 de abril de 2017, a servidora **JULIANA DE OLIVEIRA FRANCISCO**, ID n.º 3906833, do cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste órgão (Port. 0941/2017).

REVOGAR

- a contar de 10 de abril de 2017, a Portaria n.º 3543/2016, que designou, para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor **MARCIO GRANZOTO**, Secretário de Diligências, ID n.º 3792617, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí, uma vez por semana (Port. 0939/2017).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 10/04/2017, no cargo de Agente Administrativo, classe “M”, **SOFIA STELLA**, tendo entrado em exercício em 12/04/2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de abril de 2017.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos
Administrativos.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA USO
DE VEÍCULO PARTICULAR
PR.00888.00001/2015-1**

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **FERNANDO GONZALEZ TAVARES**, ID n.º 3915670; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa **IXS0570**, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 12 de abril de 2017.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
CO.33915**

CONTRATADO: **ANDRÉ PACHIONI BAETA**; **OBJETO:** contratação do professor para realização da “Oficina de Elaboração de Editais e Boas Práticas na Gestão e Contratação de Obras”, a ser ministrada para até 33 (trinta e três) servidores, nos dias 17 e 18 de abril, com carga horária de 16 horas; **VALOR TOTAL:** R\$ 16.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inc. II, § 1º c/c 13, VI, ambos da Lei 8.666; **RATIFICAÇÃO** em 12 de abril de 2017, pela Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dra. Ana Cristina Cusin Petrucci.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de abril de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DE ADITAMENTO DE TERMO DE ACORDO
PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PROCESSO N.º 228-0900/04-6**

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o servidor **ANDRÉ HUYER**, matrícula n.º 14962187; **OBJETO:** Substituição de veículo de propriedade do servidor, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Direção-Geral para as quais for designado placas **IOX 3688**, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 12 de abril de 2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de abril de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de abril de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2118

**CONSELHO SUPERIOR
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

AVISO Nº 03/2017-CE

A **COMISSÃO ELEITORAL**, na forma do artigo 4º, § 11, da Lei Estadual nº 7.669, de 17 de junho de 1982 – Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul, com a redação que lhe foi dada pelas Leis Estaduais nº 11.350, de 12 de julho de 1999, nº 11.734, de 13 de janeiro de 2002, e nº 13.662 de 13 de janeiro de 2011, e 14.791, de 29 de dezembro de 2016, e artigo 9º do Provimento nº 02/2017 (publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público de 22 de fevereiro de 2017), torna pública a nominata final dos candidatos à formação da lista triplíce para escolha do Procurador-Geral de Justiça – Gestão 2017/2019, que estará disposta na cédula, em ordem alfabética, conforme previsão legal:

- I – Fabiano Dallazen;
- II – Fernando Cesar Sgarbossa; e
- III – Luiz Henrique Barbosa Lima Faria Corrêa.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de abril de 2017.

SERGIO GUIMARÃES BRITTO,
Procurador de Justiça,
Presidente da Comissão Eleitoral.

Registre-se e publique-se.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO Nº 21/2017

Torno público, nos termos do art. 38, § 4º, do Regimento Interno do egrégio Conselho Superior do Ministério Público (alterado pela Resolução nº 03/2014 – CSMP, publicada no DEMP de 16/12/2014), que, na Sessão Ordinária realizada no dia 04 de abril de 2017, foram examinadas as promoções de arquivamento lavradas em inquéritos civis, peças de informação e expedientes correlatos, tendo o Colegiado deliberado da seguinte forma:

JULGADOS:

IC.00711.00090/2015,	IC.00710.00022/2016,
IC.00717.00008/2013,	IC.00716.00018/2016,
IC.00722.00093/2014,	IC.00717.00013/2016,
IC.00723.00013/2016,	IC.00723.00007/2014,
IC.00725.00022/2011,	IC.00725.00017/2016,
IC.00731.00029/2016,	IC.00731.00027/2016,
IC.00732.00036/2014,	IC.00732.00022/2010,
IC.00739.00027/2012,	IC.00739.00012/2009,
IC.00743.00018/2011,	IC.00739.00065/2013,
IC.00745.00009/2014,	IC.00743.00023/2012,
IC.00747.00018/2014,	IC.00747.00001/2016,
IC.00748.00173/2008,	IC.00748.00074/2013,
IC.00751.00015/2011,	IC.00748.00173/2014,
IC.00760.00016/2016,	IC.00760.00002/2016,
IC.00762.00197/2007,	IC.00762.00132/2014,
	IC.00763.00032/2014,

IC.00763.00048/2016,
IC.00770.00004/2015,
IC.00770.00035/2016,
IC.00771.00007/2016,
IC.00780.00005/2016,
IC.00783.00021/2016,
IC.00783.00160/2013,
IC.00794.00054/2015,
IC.00802.00017/2016,
IC.00807.00017/2014,
IC.00814.00055/2015,
IC.00819.00013/2015,
IC.00820.00049/2016,
IC.00820.00165/2016,
IC.00824.00003/2009,
IC.00833.00026/2016,
IC.00850.00003/2013,
IC.00851.00021/2009,
IC.00852.00060/2015,
IC.00857.00050/2005,
IC.00861.00066/2014,
IC.00872.00067/2014,
IC.00872.00188/2010,
IC.00873.00018/2016,
IC.00882.00004/2015,
IC.00883.00020/2016,
IC.00888.00013/2012,
IC.00888.00037/2012,
IC.00889.00032/2013,
IC.00901.00002/2015,
IC.00903.00019/2016,
IC.00906.00033/2011,
IC.00907.00020/2015,
IC.00907.00048/2014,
IC.00908.00019/2013,
IC.00913.00001/2009,
IC.00913.00017/2016,
IC.00913.00036/2015,
IC.00914.00126/2014,
IC.00915.00047/2016,
IC.00915.00071/2008,
IC.00917.00026/2015,
IC.00920.00056/2007,
IC.00924.00033/2016,
IC.00924.00148/2014,
IC.00929.00063/2014,
IC.00931.00014/2016,
IC.00931.00116/2014,
IC.00951.00003/2016,
IC.00951.00025/2014,
IC.01128.00050/2015,
IC.01128.00070/2016,
IC.01132.00041/2011,
IC.01136.00113/2012,
IC.01202.00001/2015,
IC.01202.00186/2013,
IC.01220.00010/2013,
IC.01234.00019/2016,
IC.01234.00085/2016,
IC.01411.00047/2014,
PA.00901.00169/2016,
PI.00738.00029/2015,
IC.00763.00053/2016,
IC.00770.00025/2014,
IC.00770.00107/2010,
IC.00778.00015/2007,
IC.00782.00101/2013,
IC.00783.00041/2015,
IC.00788.00051/2013,
IC.00798.00010/2015,
IC.00802.00038/2016,
IC.00813.00015/2014,
IC.00819.00012/2013,
IC.00819.00054/2015,
IC.00820.00157/2016,
IC.00820.00212/2016,
IC.00829.00064/2013,
IC.00833.00138/2014,
IC.00851.00010/2015,
IC.00852.00015/2014,
IC.00853.00037/2016,
IC.00861.00061/2011,
IC.00861.00079/2007,
IC.00872.00172/2010,
IC.00873.00014/2016,
IC.00875.00010/2013,
IC.00883.00008/2014,
IC.00888.00003/2014,
IC.00888.00017/2005,
IC.00889.00009/2003,
IC.00897.00008/2013,
IC.00901.00013/2016,
IC.00906.00029/2011,
IC.00907.00003/2014,
IC.00907.00025/2014,
IC.00908.00006/2008,
IC.00911.00048/2011,
IC.00913.00003/2014,
IC.00913.00035/2015,
IC.00914.00025/2015,
IC.00915.00026/2016,
IC.00915.00069/2014,
IC.00915.00143/2016,
IC.00917.00059/2015,
IC.00924.00024/2016,
IC.00924.00051/2015,
IC.00928.00030/2015,
IC.00931.00004/2013,
IC.00931.00056/2013,
IC.00949.00206/2013,
IC.00951.00011/2008,
IC.00951.00033/2014,
IC.01128.00054/2011,
IC.01132.00027/2016,
IC.01132.00080/2012,
IC.01175.00014/2010,
IC.01202.00011/2015,
IC.01203.00032/2016,
IC.01234.00013/2015,
IC.01234.00080/2016,
IC.01411.00033/2014,
IC.01411.00090/2014,
PA.01135.00174/2015,
PI.00770.00036/2016,



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de abril de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2118

PI.00797.00008/2014, PI.00802.00049/2016,
PI.00876.00023/2014, PI.00907.00016/2016,
PI.01411.00168/2016, SD.01411.00018/2015.

HOMOLOGADO COM PROVIDÊNCIA:

IC.00814.00074/2016.

JULGAMENTO CONVERTIDO EM DILIGÊNCIA:

IC.00903.00001/2015

Os interessados poderão solicitar à Secretaria dos Órgãos Colegiados certidão do respectivo julgamento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de Abril de 2017.

MARTHA WEISS JUNG,

Promotora-Assessora.